

ATA DA 462ª (QUADRINGENTÉSIMA SEXAGÉSIMA SEGUNDA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE UBERABA – IPSERV – GESTÃO 2024/2026

Aos vinte e sete (27) dias do mês de agosto de 2026, às quatorze horas, na sala de reuniões do IPSERV, localizada na Rua Major Eustáquio, nº 542, Centro, Uberaba-MG, foi realizada a 462ª reunião ordinária do Conselho Administrativo do IPSERV, convocada pela Presidente Ana Flávia de Sousa Silva, com o objetivo de dar cumprimento à pauta de convocação publicada em 20 de agosto de 2026 na edição n.º 2994 do Porta-Voz. Estiveram presentes os seguintes membros titulares do Conselho Administrativo da gestão 2024–2026: Afrânio Machado Borges Prata, Ana Flávia de Sousa Silva, José Monteiro Conde, Michelle Paulina de Almeida e Silvânia Beatriz Silveira de Almeida Afonso. Como convidada, esteve presente Edsolina Maria de Melo. A Presidente Ana Flávia de Sousa Silva declarou aberta a reunião e apresentou a pauta constante da convocação, composta pelos seguintes assuntos: 1. Apresentação da prestação de contas mensais de janeiro/2026 a julho/2026, de forma sintética, com relatórios de fechamentos, já consolidados até julho de 2026, incluindo o Relatório Balancete da Despesa Completo por subitem da Despesa, exemplo: 33.90.39.23, com manifestação do Instituto caso tenha alguma observação a ser colocada e o recibo da entrega ao TCE/MG, dos balancetes dos meses de janeiro a julho de 2026. Quanto aos relatórios encaminhados ao Conselho, foi possível proceder à seguinte análise: O Caixa e Equivalentes de Caixa o valor apresentado do mês de julho de 2026 foi de R\$ 1.282.542.815,69 (um bilhão, duzentos e oitenta e dois milhões e quinhentos e quarenta e dois mil e oitocentos e quinze reais e sessenta e nove centavos), saldo contábil, Quanto à Taxa Administrativa, foi apresentado no mês de julho de 2026 o valor de R\$ 16.604.356,69 (dezesesseis milhões, seiscentos e quatro mil e trezentos e cinquenta e seis reais e sessenta e nove centavos). A movimentação da taxa administrativa no mês de julho de 2026: obteve-se um retorno de R\$ 193.823,83 (cento e noventa e três mil e oitocentos e vinte e três reais e oitenta e três centavos), a meta do mês de julho de 2026 é de 0,58% e o retorno do mês foi de 1,18%, tivemos uma aplicação de R\$ 1.028.179,39 (um milhão, vinte e oito mil e cento e setenta e nove reais e trinta e nove centavos), teve um resgate no mês de julho de 2026 de R\$ 524.037,65 (quinhentos e vinte quatro mil e trinta e sete reais e sessenta e cinco centavos), sendo o saldo inicial vindo do mês de Junho no valor de R\$ 15.906.391,12 (quinze milhões e novecentos e seis mil e trezentos e noventa e um reais e doze centavos), sendo auferido um saldo para o mês de julho de 2026 no valor de R\$ 16.604.356,69 (dezesesseis milhões e seiscentos e quatro mil e trezentos e cinquenta e seis reais e sessenta e nove centavos). O relatório da Dívida Flutuante, referente ao mês de julho de 2026, apresenta o saldo final o valor de R\$ 64.994.439,94 (sessenta e quatro milhões e novecentos e noventa e quatro mil e quatrocentos e trinta e nove reais e noventa e quatro centavos). Sendo que no mês de Julho a maior movimentação foi do Restos a Pagar, com o saldo anterior de R\$ 17.405.480,08 (dezessete milhões e quatrocentos e cinco mil e quatrocentos e oitenta reais e oito centavos), sendo que a inscrição no mês de Julho foi de R\$ 14.263.388,08 (quatorze milhões e duzentos e sessenta e três mil e trezentos e oitenta e oito reais e oito centavos), e a baixa de R\$ 15.107.995,32 (quinze milhões e cento e sete mil e novecentos e noventa e cinco reais e trinta e dois centavos) e um cancelamento de R\$ 2.371.632,78 (dois milhões e trezentos e setenta e um mil e seiscentos e trinta e dois reais e setenta e oito centavos), ficando um saldo a pagar de R\$ 14.189.240,04 (quatorze milhões e cento e oitenta e nove mil e duzentos e quarenta

reais e quatro centavos), como pode se notar o Restos a Pagar do mês de Julho é o que mais carrega o saldo da Dívida Flutuante. No entanto no mês de julho de 2026, tivemos um outro item que sobrecarregou a Dívida Flutuante que foi o Aporte da Prefeitura do Plano Financeiro que trouxe um saldo anterior do mês de junho de 2026 no valor de R\$ 40.652.576,56 (quarenta milhões e seiscentos e cinquenta e dois mil e quinhentos e setenta e seis reais e cinquenta e seis centavos), sendo que no mês de Julho auferiu uma inscrição de R\$ 7.293.979,78 (sete milhões e duzentos e noventa e três mil e novecentos e setenta e nove reais e setenta e oito centavos), passando um saldo devedor no mês de julho de 2026 o valor de R\$ 47.946.556,34 (quarenta e sete milhões e novecentos e quarenta e seis mil e quinhentos e cinquenta e seis reais e trinta e quatro centavos), portanto foram esses dois itens que elevaram a Dívida Flutuante do mês de julho de 2026.

2. Apresentação do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, e, caso tenha pendências apresentar as devidas justificativas, conforme o §1º, do art. 4ºF, da Lei Delegada Municipal n.º 11/2005, incluído pela Lei Municipal n.º 11.234/2011. Em atendimento à solicitação de apresentação da legislação, dos documentos e das informações perante a Secretaria de Regime Próprio e Complementar, foram registradas as seguintes situações: requisitos para dirigentes, membros titulares dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e do Comitê de Investimentos do RPPS – irregular, aguardando o Instituto a certificação de 100% dos membros do Comitê de Investimentos; Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses – DIPR, quanto à consistência e ao caráter contributivo – irregular; e instituição do Regime de Previdência Complementar – aprovação e operacionalização do convênio de adesão – em análise. De acordo com as informações prestadas nos documentos encaminhados aos conselheiros, o Instituto acompanha continuamente as obrigações relacionadas ao CADPREV, visando à regularização de todos os itens e critérios relacionados ao CRP.

3. - Apresentação do recolhimento das contribuições de julho/2026 e dados atualizados das contribuições pendentes dos meses anteriores. Fica registrada a inclusão de planilha denominada Anexo I, elaborada com base nos relatórios encaminhados pelo IPSERV, como parte integrante desta ata.

4. Apresentação do Relatório de Gastos dos Aposentados/Pensionistas dos Planos Financeiro e Previdenciário, referente ao mês de julho/2026. Foi apresentado o relatório de gastos dos aposentados/pensionistas dos planos financeiro e previdenciário referente ao mês de julho de 2026, contendo os gastos mensais com aposentados e pensionistas dos Planos Financeiro e Previdenciário, no período acumulado de janeiro a julho de 2026, dando um valor total de R\$ 91.382.046,95 (noventa e um milhões e trezentos e oitenta e dois mil e quarenta e seis reais e noventa e cinco centavos), sendo apurado no Plano Financeiro no acumulado de 2026 Janeiro e Julho o valor de R\$ 70.334.017,69 (setenta milhões e trezentos e trinta e quatro mil e dezessete reais e sessenta e nove centavos), sendo apurado no Plano Previdenciário no acumulado de janeiro a julho de 2026 o valor de R\$ 21.037.613,26 (vinte e um milhões e trinta e sete mil e seiscentos e treze reais e vinte e seis centavos). Registra-se que os números de 1.895 de aposentados e pensionistas estão no Plano Financeiro e 856 aposentados e pensionistas no Plano Previdenciário ambos os planos no mês de julho de 2026, representando um percentual de 334,32% de gastos do Plano Financeiro em relação ao Plano Previdenciário, referente ano acumulado de janeiro a julho de 2026. Tal diferença evidencia a necessidade do aporte mensal realizado pela Prefeitura ao IPSERV para o pagamento de os aposentados e pensionistas do Plano Financeiro que o município assumiu com o pessoal até 1995.

5. Apresentação do Relatório de Compensação Previdenciária acumulada, referente aos meses de janeiro a julho de 2026. Foi apresentado o relatório de compensação previdenciária acumulada, referente aos meses de janeiro a julho de 2026; foi apresentado o quadro

do saldo de Compensação Previdenciária de 2026. No período, houve o acumulado de janeiro a julho de 2026 o valor de R\$ 6.614.404,35 (seis milhões e seiscentos e quatorze mil e quatrocentos e quatro reais e trinta e cinco centavos) de receita do IPSEV, enquanto foi transferido ao INSS o valor de R\$ 773.907,45 (setecentos e setenta e três mil e novecentos e sete reais e quarenta e cinco centavos) ao INSS, resultando em saldo acumulado de janeiro a julho de 2026 de R\$ 5.840.496,90 (cinco milhões e oitocentos e quarenta mil e quatrocentos e noventa e seis reais e noventa centavos) a favor do IPSEV. Ressalta-se que no acumulado de janeiro a julho de 2026 o IPSEV recebeu de outros RPPS o valor de R\$ 717.195,54 (setecentos e dezessete mil e cento e noventa e cinco reais e cinquenta e quatro centavos), enquanto o IPSEV repassou a outros RPPS no mesmo período o valor de R\$ 24.821,51 (vinte e quatro mil e oitocentos e vinte e um reais e cinquenta e um centavos). Quanto ao estoque o IPSEV recebeu durante o período de janeiro a julho de 2026 de outros RPPS o valor de R\$ 1.029.006,61 (um milhão e vinte e nove mil e seis reais e sessenta e um centavos), enquanto o IPSEV pagou a outros RPPS o valor de R\$ - 0 - (zero), referente a Fluxo, referente a benefícios 01/01/2021, compensado durante o mês de julho de 2026, enquanto o Estoque foi performado em R\$ 69.470,70 (sessenta e nove mil e quatrocentos e setenta reais e setenta centavos), referente aos benefícios compreendidos entre 05/10/1988 a 30/12/2020, compensado durante o mês de julho de 2026. Esse valor de estoque foi compensado, referente a 05 (cinco) compensações deferidas ao IPSEV pelo RPPS de Minas Gerais. Analisando a compensação há mais pessoas aposentadas pelo IPSEV, conforme análise dos números apresentados.

6. Apresentação do Saldo de Recursos Aplicados e do parecer aprovado pelo Comitê de Investimentos, com base no relatório da consultoria, referente ao mês de julho/2026; e, apresentar a situação financeira e econômica atual do mercado de investimentos. Com a palavra, o conselheiro Afrânio Prata apresentou ao Conselho Administrativo o Parecer do Comitê de Investimentos referente ao mês de julho de 2026, elaborado com base no Relatório Mensal da Consultoria de Investimentos, contemplando a posição da carteira, rentabilidade, enquadramento, riscos, aderência à Política de Investimentos e evolução patrimonial. Ao encerramento de julho, a carteira de investimentos do IPSEV totalizava R\$ 1.299.147.172,38, sem disponibilidades financeiras registradas no relatório. No mês anterior, o patrimônio era de R\$ 1.278.505.601,70, verificando-se, portanto, crescimento patrimonial mensal de R\$ 20.641.570,68. A carteira encontrava-se distribuída em 84,50% em renda fixa, 5,47% em renda variável, 7,74% em investimentos estruturados, 2,18% em investimentos no exterior e 0,10% no segmento imobiliário. No mês, a carteira consolidada apresentou rentabilidade de 0,89%, superior à meta atuarial de 0,58%, permanecendo também o resultado acumulado até julho acima da meta atuarial. A renda fixa foi o principal segmento responsável pelo desempenho positivo, com diversos fundos apresentando rentabilidade mensal superior a 1%; a carteira de títulos públicos, correspondente a aproximadamente 11,1% do patrimônio, apresentou retorno de 0,64%. Quanto à Taxa de Administração, o relatório específico registrou recursos aplicados de R\$ 16.604.356,69, integralmente alocados em renda fixa, distribuídos entre fundos enquadrados nos arts. 7º, I e 7º, V, da Resolução aplicável, mantendo-se dentro dos limites apresentados pela consultoria. Em relação ao cenário econômico, julho permaneceu marcado por elevada volatilidade e aversão ao risco nos mercados internacionais. No mercado doméstico, entretanto, a renda variável apresentou desempenho positivo no agregado, enquanto a renda fixa manteve-se como elemento de estabilidade, favorecida pelos prêmios de juros e pelos retornos dos títulos indexados à inflação e do crédito de emissores de melhor qualidade. A exposição internacional constituiu o principal ponto de fragilidade do período, afetada pelas alterações nas expectativas de política

monetária global e pelo desempenho de ativos de tecnologia e mercados emergentes. Na análise dos riscos, o Comitê registrou VaR de 2,44% para a carteira consolidada, sendo 0,21% na renda fixa, 11,59% na renda variável e 5,44% nos investimentos no exterior, permanecendo os indicadores dentro da estratégia de risco estabelecida na Política Anual de Investimentos de 2026. Foi ainda informado que existem desenquadramentos de natureza passiva, decorrentes da adequação à Resolução CMN nº 5.272/2025, com prazo indicado no parecer até 02/02/2028, não podendo os respectivos fundos receber novos aportes enquanto persistirem as causas do desenquadramento. Destacou-se, de forma particular, o MASTER II FIDC Multissetorial Sênior 1, classificado no parecer como fundo em situação especial/estressada, fechado para resgates e com recuperação de valores por vias judiciais e acordos. Diante dos dados apresentados, registrou-se que, apesar da volatilidade observada no mercado e da necessidade de acompanhamento dos fundos com desempenho negativo e daqueles em situação de desenquadramento passivo, a carteira do IPSERV encerrou julho com resultado superior à meta atuarial e crescimento patrimonial, mantendo perfil predominantemente conservador, com elevada participação da renda fixa. O parecer apresentado pelo Comitê de Investimentos registra a análise da rentabilidade, dos riscos, da aderência das alocações e dos processos decisórios à Política de Investimentos vigente.

7. Apresentação dos pagamentos realizados pela Prefeitura Municipal de Uberaba, referentes às contribuições patronais dos parcelamentos, relativos ao mês de julho/2026. Identificou-se que todas as parcelas dos parcelamentos da Prefeitura de Uberaba encontram-se integralmente quitadas até o mês de julho/2026.

8. Apresentação da ata da última reunião do Comitê de Investimentos, para ciência deste Conselho, conforme prevê o inciso III, do Artigo 7º, do Decreto Municipal 1.571/2013. Com a palavra, o Conselheiro Afrânio Prata apresentou ao Conselho Administrativo o resumo da 8ª Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos do IPSERV, realizada em 25 de agosto de 2026, ocasião em que foram analisadas a conjuntura econômica, o desempenho da carteira de investimentos referente ao mês de julho/2026 e propostas de alocação e realocação de recursos. A consultoria destacou um cenário de volatilidade nos mercados, manutenção de juros reais elevados e oportunidades em títulos públicos indexados à inflação, fundos IMA-B e, de forma gradual e seletiva, em renda variável. No mês de julho/2026, a renda fixa apresentou rentabilidade de 1,13%, com resultado positivo de R\$ 12.294.867,52; a renda variável registrou -2,19%, com resultado negativo de R\$ 1.638.627,21; os fundos estruturados obtiveram 0,65%, equivalentes a R\$ 647.311,92; os investimentos no exterior alcançaram 0,80%, com resultado positivo de R\$ 225.761,65; e os investimentos imobiliários registraram -0,21%. O patrimônio líquido do Instituto evoluiu de R\$ 1.259.901.017,43, em junho, para R\$ 1.282.542.815,69, em julho, representando crescimento de aproximadamente R\$ 22,64 milhões. A carteira consolidada apresentou rentabilidade de 0,89% no mês, superando a meta atuarial de 0,58%, e alcançou, no acumulado do exercício, 114,73% da meta atuarial. As propostas de alocação submetidas ao Comitê, previamente analisadas pela consultoria Mais Valia, receberam parecer favorável e foram aprovadas por unanimidade. O Conselheiro Afrânio Prata solicitou acompanhamento mais aprofundado dos fundos que vêm apresentando resultados negativos. Ressaltou que sua preocupação não se restringe à rentabilidade negativa de um único mês, por reconhecer que oscilações são inerentes ao mercado financeiro, mas está voltada principalmente à persistência de desempenho desfavorável nos períodos de três e seis meses, de forma a diferenciar oscilações conjunturais de tendências que possam justificar revisão da estratégia de investimento. Nesse sentido, o Conselheiro chamou atenção para o Itaú Dunamis, com rentabilidade de -5,71% em julho, -7,65%

em três meses e -4,22% em seis meses, destacando a relevância do acompanhamento diante da existência de aproximadamente R\$ 27,6 milhões aplicados no fundo. Apontou também o Caixa Small Caps, com -3,09% no mês, -8,40% em três meses, -16,46% em seis meses e -8,01% no ano; o Rio Bravo Radix, com -3,66% no mês, -10,66% em três meses, -11,64% em seis meses e -7,49% no ano; e o BTG Pactual Absoluto Institucional, com -1,85% no mês, -6,79% em três meses, -8,61% em seis meses e -2,41% no ano. O Conselheiro Afrânio Prata recomendou que esses investimentos sejam objeto de acompanhamento específico e continuado pelo Comitê, em conjunto com a Consultoria de Investimentos, contemplando comparação com os respectivos benchmarks, identificação dos fatores responsáveis pelos resultados, justificativas técnicas para manutenção das posições e perspectivas de recuperação. Requereu, ainda, que esse acompanhamento permaneça registrado nas reuniões subsequentes, permitindo que eventual decisão de manutenção ou revisão da estratégia seja fundamentada em série histórica e critérios técnicos, e não apenas no desempenho isolado de determinado mês.

9. Relatório dos contratos e processos licitatórios em andamento, em especial, do Cronograma de Contratação da Auditoria Externa, já iniciado. Conforme Quadro de Contratos emitido em 26/08/2026, no período de 01/01/2019 a 26/08/2026, estão vigentes os seguintes contratos:

1. 1/2025 - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE INFORMÁTICA DE UBERABA – CODIUB - Serviços de locação de sistemas, customização e suporte em projetos de redes lógica e elétrica para o IPSERV – R\$1.220.146,34 (valor global) – 08/05/2025 a 02/06/2027.
2. 1/2026 - PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS - Seguro automotivo para 02 (dois) veículos oficiais da frota do IPSERV – R\$14.259,10 (valor global) - 03/03/2026 a 03/03/2028.
3. 2/2024 - PONTO SOCORRO RELÓGIOS INDUSTRIAIS LTDA. - Locação de software registrador eletrônico de ponto via programa - REP-P – R\$ 1.540,00 (valor global) - 26/04/2024 a 25/04/2027.
4. 2/2025 – MARCELINA DO CARMO RIBEIRO LTDA - Prestação de serviços de fornecimento contínuo e diário de pão francês, sob a forma de entrega em dias úteis, 2 (duas) vezes ao dia, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, na sede do IPSERV - R\$ 8.442,72 (valor global) - 09/06/2025 a 10/06/2027.
5. 2/2026 - ALGAR TELECOM S/A. Contratação anual do grupo de serviços de telecomunicações, de natureza contínua, de telefonia fixa comutada (STFC), para chamadas locais, longa distância nacional (LDN) e longa distância internacional (LDI) em canais digitais DDR; assinatura de internet banda larga e telefonia móvel (SMP), soluções que visam a comunicação com os segurados do instituto – R\$18.443,76 (valor global) – 07/05/2026 a 06/05/2027.
6. 03/2024 – LICITANET LICITAÇÕES ELETRÔNICAS LTDA. – Disponibilização de plataforma de licitações eletrônicas – sem custo. 02/09/2024 a 02/09/2029.
7. 5/2025 - HOVSEPIAN ADMINISTRAÇÃO DE BENS PRÓPRIOS LTDA. Locação de imóvel situado na Rua Major Eustáquio, 542, Centro, para abrigar as instalações da sede do IPSERV – R\$1.258.800,00 (valor global) – 14/08/2025 a 13/08/2030.
8. 3/2026 – MAIS VALIA CONSULTORIA LTDA. – Consultoria e assessoria técnica financeira para prestar suporte na administração, acompanhamento e avaliação da carteira de investimentos dos recursos previdenciários – R\$24.000,00 (valor global) – 11/06/2026 a 10/06/2027.
9. 4/2024 - NOVA AURORA E-COMMERCE LTDA. - Concessão de uso remunerado de 1 (um) imóvel público de propriedade do IPSERV, localizado na Avenida Leopoldino de Oliveira, nº 3.615 – Centro – R\$ 1.750.000,00 (valor global) – 21/10/2024 a 20/10/2029.
10. 4/2026 – EXATA PAPELARIA LTDA. – Fornecimento de papel sulfite A4 – R\$13.089,60 (valor global) – 10/07/2026 a 12/07/2027.
11. 5/2023 - ATIVA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM LIMPEZA LTDA. - Prestação de serviços de limpeza (interna e externa), conservação, manutenção e higienização predial e serviços de jardinagem, com emprego da mão de obra, fornecimento de material, EPIs, equipamentos em geral e quaisquer

outras ferramentas necessárias à execução dos serviços na sede do IPSERV- R\$56.355,84 (valor global) – 03/08/2023 a 02/08/2027. **12.** 05/2025 - AGENDA ASSESSORIA, PLANEJAMENTO E INFORMÁTICA LTDA. - Serviço de locação para uso de licença tecnológica de sistema previdenciário integrado, com manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva - R\$300.000,00 (valor global) – 09/12/2025 a 08/12/2026. **13.** 5/2026 – NC DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA. - Aquisição de cartuchos de toner novos, com entrega integral e imediata – R\$4.794,00 (valor global) – 13/07/2026 a 13/07/2027. **14.** 6/2024. NEO CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFÍCIOS LTDA. Prestação do serviço de gestão de frota, para abastecimento de combustível e manutenção preventiva e corretiva dos veículos oficiais do IPSERV. - R\$ 42.750,87 - 15/01/2025 a 14/01/2027. **15.** 6/2026 – STAFF AUDITORIA & ASSESSORIA - Serviços por escopo de auditoria externa independente das áreas Orçamentária, Contábil e Administrativa do IPSERV, referente ao período de 2020 a 2025 - R\$ 15.400,00 (valor global) – 29/07/2026 a 03/02/2027. **16.** 07/2023 - FUNDAÇÃO DE ENSINO TÉCNICO INTENSIVO "DR RENÊ BARSAN" – FETI - Celebração de convênio de mútua cooperação entre o IPSERV e a FETI com finalidade de assegurar o Programa de Estágio Não-Obrigatório no âmbito do IPSERV – R\$158.400,00 (valor global) - 14/09/2023 a 13/09/2027. **17.** 8/2023 - UNIMED UBERABA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA - Prestação de serviços médicos hospitalares destinados aos servidores do IPSERV – R\$ 245.088,00 (valor global) – 01/10/2023 a 29/09/2028. **18.** 9/2023 - ATHENA CONSULTORIA ATUARIAL LTDA. Prestação de serviços de assessoria, consultoria mensal e de gestão atuarial do IPSERV – R\$16.800,00 (valor global) – 14/11/2023 a 13/11/2026. **19.** 4420/2021 - Empresa de tecnologia e informações da Previdência - DATAPREV S.A. para a utilização pelo IPSERV, do novo sistema "COMPREV" fornecido exclusivamente pela empresa pública brasileira DATAPREV, vinculada ao Ministério da Previdência Social. R\$168.000,00 (valor global) - 07/01/2022 a 06/01/2027. Conforme o Relatório dos processos licitatórios em andamento: **1.** Processo de Compras (PC) n.º 08/2025 – Empresa especializada em Segurança e Medicina do Trabalho para os servidores do IPSERV (Dispensa) - Em fase de parecer técnico da contratação - Previsão de Contratação 15/09/2026. **2.** PC n.º 01/2026 – Fornecimento de gêneros de alimentos – Status: Nova licitação a ser publicada devido à necessidade de atualização do descritivo de itens – Previsão de contratação 18/09/2026. **3.** PC n.º 02/2026 – Fornecimento de material de copa e cozinha - Status: Homologado – Previsão de Contratação: 28/08/2026. **4.** PC n.º 03/2026. Fornecimento de material de higiene - Nova licitação a ser publicada devido à necessidade de atualização do descritivo de itens – Previsão de contratação 18/09/2026. **10.** Relatório ou documento equivalente que demonstre a despesa relacionada à dotação 33.90.39.23 – JUROS, no valor de R\$ 94.432,27. Apresentar justificativa do que gerou este valor. Justificativa apresentada por meio de documento datado de 26 de agosto de 2026, de Priscila Cristina Rocha, Chefe do Departamento de Contabilidade. A natureza da despesa refere-se a parcelamento do PASEP junto à Receita Federal vinculado ao processo 13136-720202/2021-11, correspondente a encargos decorrentes de juros e multas. **11.** Informações atualizadas sobre o andamento do DOC SEC 107/279835/2026, no qual foi juntada a minuta de projeto de lei que institui o Plano de Amortização do Déficit Atuarial do Plano Previdenciário do IPSERV. Não houve resposta. Dessa forma, este Conselho irá reiterar a solicitação. **12.** Informações atualizadas sobre a tramitação do projeto de lei que altera o art. 14 e seu § 2º, ambos da Lei Complementar nº 412/2009, culminando na alteração da data de recolhimento das contribuições ao IPSERV. Conforme informações atualizadas sobre a tramitação, o expediente administrativo encontra-se desde 09/09/2026 na Chefia de Gabinete. **13.** Apresentação de justificativa para o edital de eleição dos Conselhos Administrativo e Fiscal do

IPSERV não conter a possibilidade de votação eletrônica para as eleições de 2026. De acordo com a justificativa apresentada por Natália Bazaga, Superintendente Jurídica do IPSERV. “O edital foi elaborado em observância à legislação vigente, que, até o presente momento, não contempla a possibilidade de realização do pleito por meio eletrônico. Embora tenha sido proposta alteração legislativa destinada a admitir essa modalidade de votação, a modificação ainda não se encontra vigente, não sendo juridicamente possível antecipar seus efeitos ou condicionar o regular andamento do processo eleitoral a eventual aprovação futura da matéria. Além disso, a legislação estabelece que o processo eleitoral deve ser convocado com antecedência mínima de quatro meses do término dos mandatos (art. 6º-D da Lei nº 11.234/2011), prazo que impõe à comissão eleitoral a adoção tempestiva das providências necessárias à realização do pleito. Nesse contexto, diante da inexistência da autorização legal vigente para votação eletrônica e da necessidade de cumprimento do prazo legal de convocação, o edital foi elaborado segundo as regras atualmente aplicáveis, no exercício das atribuições próprias da comissão eleitoral.” Encerrada a pauta, o Conselheiro Afrânio Prata, com a palavra, informou ter sido procurado pelos proprietários do imóvel “Solar 17”, os quais solicitaram que fosse verificada a possibilidade de composição amigável no processo judicial em curso, com vistas ao encerramento da demanda judicial. Diante da informação, o Conselho deliberou pela busca de esclarecimentos junto à Diretoria do IPSERV sobre o assunto, o qual deve ser levado ao conhecimento da Superintendência Jurídica do IPSERV, que irá analisar sobre a viabilidade de eventual acordo nos autos judiciais, de modo a resguardar os interesses do Instituto. Encerradas as análises, de acordo com o cronograma aprovado e publicado no Porta-Voz, a próxima reunião do Conselho Administrativo será realizada no dia 25 de setembro de 2026, às 14 horas. Nada mais havendo a tratar, a Presidente declarou o encerramento da reunião às 16 horas. Eu, Michelle Paulina de Almeida, lavrei a presente ata, que será assinada por mim e pelos demais membros do Conselho Administrativo.

Ana Flávia de Sousa Silva
Presidente

Afrânio Machado Borges Prata
Vice Presidente

José Monteiro Conde
Membro

Silvania Beatriz Silveira de Almeida Afonso
Membro

Michelle Paulina de Almeida
Secretária

ANEXO I - Referente ao item 3 da Ata nº 462, de 27 de agosto de 2026
CONFORME RELATÓRIOS DO IPSERV
JULHO/2026

 Estão regulares: FUNDAÇÃO CULTURAL, FETI, CÂMARA, IPSERV, PREFEITURA DE LAGOA SANTA e
PREFEITURA DE CONQUISTA

PENDÊNCIAS DE REPASSE - JULHO/2026

ENTE	TIPO DE CONTRIBUIÇÃO/REPASSE	VALOR PENDENTE
CODAU	APORTE - PLANO FINANCEIRO	229.543,17
TOTAL CODAU		229.543,17
COHAGRA	SEGURADOS - PLANO PREVIDENCIÁRIO	1.257,46
COHAGRA	PATRONAL - PLANO PREVIDENCIÁRIO	1.257,46
TOTAL COHAGRA		2.514,92
PREFEITURA DE UBERABA	PATRONAL - PLANO PREVIDENCIÁRIO	3.401.598,98
PREFEITURA DE UBERABA	APORTE - PLANO FINANCEIRO	7.154.136,93
PREFEITURA DE UBERABA	TICKET - PLANO FINANCEIRO	139.985,39
TOTAL PREFEITURA DE UBERABA		10.695.721,30
TOTAL JULHO/2026		10.927.779,39

PENDÊNCIAS DE REPASSE - COMPETÊNCIAS ANTERIORES

ENTE	COMPETÊNCIA	TIPO DE CONTRIBUIÇÃO/REPASSE	VALOR PENDENTE
FUNEL	MAIO/2026	APORTE - PLANO FINANCEIRO	1.587,25
TOTAL MESES ANTERIORES			1.587,25
TOTAL GERAL			10.929.366,64

Data de Corte: 25/08/2026